

A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX**

A partir dos finais do século passado, o crescimento industrial em alguns núcleos urbanos trouxe consigo alguns graves problemas. A ameaça sanitária legitimou a intervenção disciplinadora do Estado na área das edificações urbanas e acentuou receios sobre os desequilíbrios que a cidade moderna gerava. A aplicação dos princípios higienistas contribuiu para o aparecimento de novos tipos habitacionais populares, diferentes das construções rurais tradicionais. A casa térrea, a barraca de madeira ou de alvenaria, e os conjuntos de casas como o *renque* ou a *vila* são alguns tipos formais que utilizavam os materiais baratos fornecidos pela indústria e se destinavam ao alojamento dos trabalhadores e dos estratos inferiores da pequena burguesia. A habitação popular urbana resultou do compromisso possível entre a necessidade de cumprir as normas sanitárias relativas à casa e o padrão de comportamento especulativo, generalizado até aos estratos inferiores da população, que vingou com o crescimento do mercado do arrendamento.

Este artigo, centrado sobre a cidade de Setúbal, desenvolve a análise numa dupla perspectiva: por um lado, procura analisar o processo de crescimento urbano em articulação com a indústria conserveira; por outro, descreve as novas formas habitacionais destinadas a alimentar o mercado do arrendamento das famílias pobres.

O rápido crescimento da cidade de Setúbal verificado entre os finais do século XIX e os meados da década de 1920 foi acompanhado pelo aparecimento de uma variedade de novas edificações destinadas ao alojamento «das classes mais desfavorecidas». A par da casa térrea, unifamiliar, surgiram grupos habitacionais de desenvolvimento horizontal, destinados ao arrendamento. A sua concepção procurou otimizar o investimento, quer através da distribuição do espaço das habitações, quer utilizando materiais novos que a indústria barateou, como a telha marselhesa, o tijolo *burro*, a chapa, o ferro e a pequena vidraça. Os termos utilizados para qualificar estas construções foram diversos, desde as qualificações genéricas de *casa* e *grupo de casas* até às mais específicas, como

* Mestrando em História dos Séculos XIX-X, professor do ensino secundário.

** O autor agradece o apoio prestado pela Câmara Municipal de Setúbal, bem como a colaboração de Libânio Simões, Francisco Canelas, Tertuliano Maria e João Santiago, que nos ajudaram com os seus testemunhos vivenciais.

casa abarracada, barraca (de madeira), *barraca de alvenaria, grupo de casas abarracadas, renque* de casas térreas (em Lisboa conhecidas por *correntezas de casas*) ou, mais excepcional e tardiamente, as *vilas*.

Os termos *casa* e *habitação*, por outro lado, apareciam como equivalentes, criando uma zona de ambiguidade entre o espaço habitado (onde quotidianamente o núcleo familiar reproduzia a força de trabalho) e o imóvel (espaço singular ou colectivo que estabelecia uma relação física com um conjunto e uma comunidade). Frequentemente eram apresentados projectos de construção de «uma casa» na câmara municipal que continham, na verdade, dois fogos, indo assim servir de alojamento a duas famílias pelo menos. No inquérito de 1910 feito às associações de classe, a Associação dos Trabalhadores do Mar afirmava que a casa do pescador «raro excede as 6 [divisões]. Assim mesmo nelas vivem tantas famílias quanto o permite a superfície. É péssima a salubridade da maioria.»¹ A ideia que subjazia nesta apreciação era que cada imóvel destinado à habitação deveria ser independente. De facto, frequentemente as famílias não partilhavam um alojamento comum, mas *uma* casa dividida por tabiques que garantia no alojamento de cada família uma cozinha e entradas independentes. Os conserveiros de Setúbal, por seu turno, diziam nesse inquérito que «o habitáculo do operário é uma jaula com pretensões a moradia habitual. Quanto à salubridade [ela é] a pior possível.» Também os soldados respondiam de forma idêntica. A habitação tinha «*quatro compartimentos que não primam pelo espaço nem pela higiene*»².

Em suma, tal como estas descrições sugerem, a «habitação» tinha uma expressão física e outra, vivencial, que constituía uma valoração desse espaço. A distinção revelou-se particularmente útil na nossa análise da relação entre a indústria e o crescimento urbano.

A expressão *habitação popular urbana* não designa imediata e necessariamente um tipo formal de edificação, à maneira da etnografia dos finais do século passado. A cidade encerrava uma grande diversidade de situações sociais e, de forma análoga, uma vasta gama de alojamentos destinados à maioria da população pobre. Uma população miserável podia encontrar-se tanto nos velhos edifícios degradados de antiga notabilidade como nos sótãos e caves de prédios do centro da cidade, para além das barracas construídas nos arrabaldes ou nos pátios interiores, como era habitual. A fronteira cartográfica entre a burguesia e essa «miséria escondida» era, por vezes, difícil de traçar. Num sentido lato, é essa alojação dos pobres através do seu património, que a burguesia realizou dinamicamente, que aqui fica de fora.

A designação de habitação «popular» pretende ser mais lata do que aquela que vem ocorrendo com alguma frequência, a habitação «operária», que, em

¹ J. Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao questionário da Repartição do Trabalho», in *Boletim do Trabalho Industrial*, 49, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

² Id., *ibid.*, p. 90.

rigor, deixa de fora os trabalhadores eventuais e indiferenciados, os pescadores, a numerosa criadagem urbana, os trabalhadores do comércio e dos transportes. No topo de uma hierarquia ideal encontramos o alojamento dos pequenos industriais e comerciantes, pescadores independentes, taberneiros, baixos funcionários, enfim, gente que completava o quadro dos bairros «populares» e cujas condições de alojamento não eram qualitativamente superiores aos dos operários de ofício.

A expressão pretende, finalmente, evidenciar o facto de estarmos perante um objecto de relação burguesa, que pressupunha o abandono de valores, normas de comportamento e práticas frequentes em comunidades rurais, como a entreajuda e a autoconstrução. Neste sentido, os papéis de morador, proprietário e construtor não se identificavam e a relação inquilino-senhório foi a norma.

Grande parte da pesquisa empírica privilegiou os processos de licenciamento das obras apresentadas por particulares à Câmara Municipal de Setúbal entre 1910 e 1940. Uma das virtualidades deste tipo de fontes é o de fornecer, de forma objectiva, embora abstracta, uma representação dos espaços destinados ao alojamento. O confronto dos projectos com as obras edificadas dá-nos um conjunto de referentes fiáveis que, de forma mais implícita do que explícita, estavam presentes no agudo debate político acerca das condições de alojamento dos grupos inferiores da urbe sadina. A imprensa obreira, por seu turno, discorre sobre imagens e sentimentos que resultam de uma indignação, afinal, pelo que «deveria ser» a habitação dos trabalhadores. Outra das virtualidades dos *processos de obras* radica na sua própria natureza, fornecendo-nos as modalidades de controle e avaliação, por parte do Estado, dos projectos de construção.

A preocupação que esteve presente na nossa pesquisa foi a de procurar os traços maiores duma gramática comum (eventualmente presente) nas novas edificações correntes. Numa perspectiva mais geral, as novas formas habitacionais aparecem articuladas com as próprias regras de construção desta cidade industrial e nessa medida elas serão aqui tratadas. Assim, este estudo desenvolveu-se em dois momentos: no primeiro procurámos descrever o processo de crescimento da cidade e o *sentido*, mais do que a eficácia, da intervenção municipal; no segundo descrevemos os tipos de habitação popular como parte integrante daquele processo.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL

Setúbal coloca, de forma peculiar, a relação entre a habitação e o desenvolvimento industrial. A partir de 1880, a cidade sustentou o seu crescimento apoiado na articulação entre a indústria conserveira e a exploração intensiva dos recursos do mar. A chegada dos franceses, por divulgarem novos métodos industriais de conservação do pescado, marcou o início de um novo padrão de crescimento, contrariando o lento crescimento da cidade durante a Regeneração. Com o abandono do projecto de construção do canal de ligação entre o Sado e o Tejo, caro à burguesia local, a cidade sofrera até então com a proximidade e

o centralismo de Lisboa, agravado ainda com o traçado ferroviário fontista, que lhe retirou parte do fluxo comercial do vale do Sado. A lenta decadência da indústria salineira ao longo da segunda metade de Oitocentos, fluxo sadino que foi deficientemente substituído pelo arroz de Alcáçer, acompanhou o processo de especialização da cidade.

Desta forma, nos princípios do século, Setúbal era sobretudo um grande porto de pesca português, provavelmente o maior³. No entanto, o pescado era fortemente tributado e faltavam infra-estruturas essenciais no porto⁴. Grande parte do movimento comercial escapava-lhe. Os vinhos, a fruta e a maior parte da produção agrícola e até uma parte significativa das conservas seguiam pelo caminho de ferro. A especialização do porto acentuar-se-ia com a concorrência de Sines, a partir da República, última etapa de um processo que lhe retirou grande parte do seu *hinterland* natural.

Assim, a prosperidade da cidade assentou na integração entre a actividade pesqueira e a indústria de conservas. Entre 1890 e 1911, a população urbana quase duplicou, situando-se perto dos 30 000 indivíduos, e nas duas décadas seguintes verificou-se um aumento de mais 18 000⁵. Até meados dos anos 20 a população industrial iria aumentar regularmente, representando cerca de metade dos habitantes da jovem cidade. A *Estatística Industrial* de 1917 registava quase 5000 conserveiros, que laboravam em 73 fábricas, para um total de 5600 trabalhadores da indústria no concelho. A maior parte do emprego nas conservas era dos mais mal pagos pela indústria e dirigia-se às mulheres que preparavam o peixe. Às 2800 mulheres devemos juntar outras categorias igualmente mal remuneradas, como os menores, *os moços* e rapazes aprendizes, que nas oficinas eram frequentemente em número superior ao dos operários qualificados⁶.

³ V. reportagem em 1910 sobre a cidade, de Fernando da Cunha e Froios, «Indústrias portuguesas. A indústria de conserva de Setúbal», in *A Ilustração Portuguesa*, 229, Lisboa, O Século, 11 de Junho de 1910.

⁴ V., por exemplo, Adolfo Loureiro, «O porto de Setúbal», in *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, 1909, e A. M. Cid Perestrello, *O Porto de Setúbal*, Setúbal, JAPBS, 1934.

⁵ V. censos da população oficiais, a partir dos quais se pode elaborar este quadro útil para a nossa análise, com a população urbana residente e a variação respectiva entre censos:

Anos	População residente	Varição	Anos	População residente	Varição
1864	13 134	—	1911	27 962	6 240
1878	15 998	2 864	1920	37 002	9 040
1890	17 891	1 893	1930	46 342	9 340
1900	21 722	3 831	1940	45 345	— 997

Para o conjunto do concelho deve notar-se que, até ao censo de 1930, aparece incluída a freguesia de S. Pedro de Palmela. Apesar de o ordenamento incluir Palmela e Azeitão, duas freguesias prósperas ligadas à produção vinícola e hortícola, a população agrícola nos finais do século era menos de metade do total. O seu peso iria ainda diminuir nas décadas seguintes.

⁶ Sobre a indústria de conservas, v. Vasco Pulido Valente, «Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)», in *Análise Social*, xvii (67-68), 1981, 615-678.

A crise neste padrão de crescimento, já sentida nos primeiros anos do século, seria acentuada a partir de meados dos anos 20. Assim, entre o censo de 1911 e o de 1930 a população ligada à pesca triplica, enquanto a população ligada à indústria, comércio e transportes sofre uma retracção. Paralelamente, os rendimentos do trabalho tanto na pesca como na indústria diminuíram gradualmente. Seriam as grandes obras do Estado no porto, inauguradas em 1934, a relançar a indústria cimenteira e a dar novos empregos, ao mesmo tempo que se estabelecia na Mitrena a SAPEC, aproveitando as pirites das minas do Lousal, perto de Grândola.

Uma das consequências sentidas com o crescimento industrial foi a degradação do espaço vivido. Setúbal era então considerada a cidade onde o preço dos géneros e das rendas de casa era dos mais elevados⁷. Espaços exíguos e sobrelotados, húmidos e mal-cheirosos, insalubridade, má qualidade de construção, preços elevados, são estes os qualificativos mais frequentes utilizados na imprensa para descrever o alojamento dos trabalhadores. Simultaneamente, multiplicam-se as reclamações contra os cheiros nauseabundos vindos das fábricas de guano e dos detritos de peixe «depositados 3 e 4 dias em estado de putrefacção», ou contra a ribeira do Livramento, um esgoto a céu aberto que cortava a cidade em duas. Já em 1886, por exemplo, O Distrito afirmava que «a cidade está imunda; das casas fazem-se para a rua todos os despejos; as próprias casas exalam um cheiro fétido entontecedor»⁸. Nos princípios do século, a imprensa operária juntava a sua voz aos protestos generalizados⁹.

A sobreocupação das casas, em resultado do crescimento populacional, do aumento do número das famílias numerosas e, enfim, dos elevados custos do arrendamento, caracterizou o alojamento dos grupos populares da cidade durante este período¹⁰. O número médio de habitantes por fogo, que variava entre os 3,97 e os 4,13 no início do século, atingia os 5,55, em 1911, na freguesia central de São Julião e os 5,23 na freguesia «rural» de São Sebastião. Na década seguinte estes índices mantiveram-se elevados. Porém, a cidade crescia agora de forma extensiva, com uma malha muito aberta, ao contrário do que sucedera anteriormente (cf. quadro n.º 1 e figura n.º 1).

Ao percebermos esta evolução entre os princípios do século e os anos 30 devemos, assim, distinguir duas fases, estabelecendo uma linha divisória no início da guerra. A análise dos processos de obras submetidos à apreciação da edilidade revela que, até às vésperas do conflito europeu, o número de obras em edifícios de um piso não atingia a metade do total (cf. figura n.º 2 e quadros em anexo). Neste período, a maior parte destes processos referia-se a ampliações e

⁷ V. Adelino Mendes, *O Algarve e Setúbal*, Lisboa, Guimarães, 1916, 233 páginas.

⁸ Cit. in R. Claro, *Setúbal há 100 Anos, 1886-1887*, Setúbal, 1990.

⁹ V., por exemplo, *O Comércio de Setúbal*, em 1899, *O Independente*, entre 1907 e 1909, ou *O Germinal* (socialista), a partir de 1903.

¹⁰ Os dados dos censos sobre a dimensão das famílias agregam toda a população do concelho, não nos permitindo determinar eventuais diferenças entre os núcleos familiares da cidade e os núcleos de famílias rurais. Não há razão para pensarmos que a população urbana se tivesse tornado menos proletária.

alterações de edificações. Nos prédios antigos, se as paredes aguentassem, subia-se mais um andar e alterava-se o aspecto exterior, dando-lhe elementos que o individualizavam do conjunto. A velha malha urbana crescia em altura.

Altura das edificações construídas, ampliadas ou alteradas na cidade de Setúbal, 1911-1940

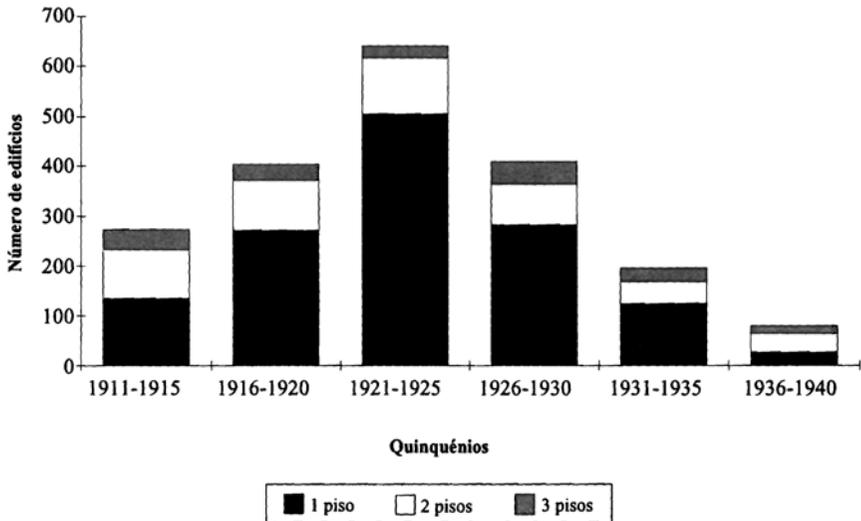
[QUADRO N.º 1]

Anos	Número de pisos			Total
	1	> 1 <= 2	> 2	
1910-1915	134	99	40	273
1916-1920	271	100	32	403
1921-1925	505	111	24	640
1926-1930	282	81	46	409
1931-1935	124	45	28	197
1935-1940	26	38	16	80

Fonte: Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*, 1911-1940, quadro n.º 3.

Altura das edificações construídas, ampliadas ou alteradas na cidade de Setúbal, 1911-1940

[FIGURA N.º 1]



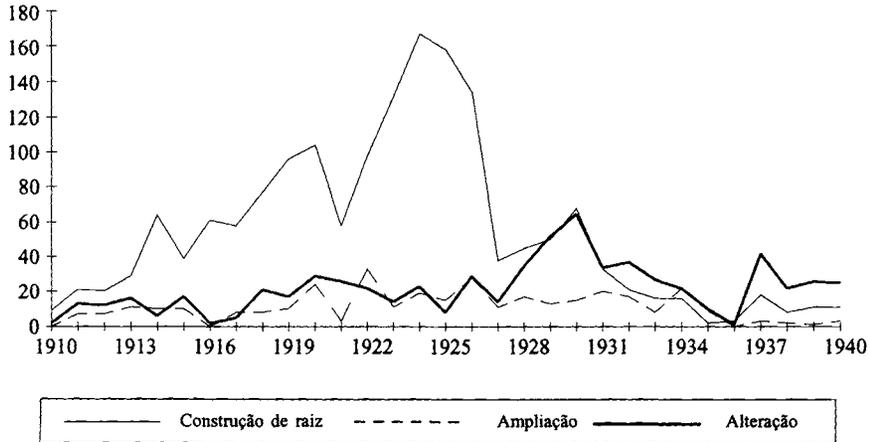
Fonte: Quadro n.º 1.

530 Durante a guerra, porém, o número de edificações térreas construídas atingia os 67 % e na primeira metade dos anos 20 os 79 %. A maior parte dos processos referiam-se agora a construções de raiz nos novos espaços limítrofes. Até ao

Estado Novo, este novo padrão de crescimento manter-se-ia. A análise cartográfica e o confronto com outros elementos esclarecem, numa visão de conjunto, as duas fases deste crescimento.

Obras particulares na cidade de Setúbal relativas a edifícios urbanos

[FIGURA N.º 2]



Fonte: Quadro n.º 3.

A concentração no velho tecido urbano, a par da conquista dos terrenos marginais do Sado, que eliminou as praias remanescentes e o turismo alentejano, foi característica dessa primeira fase, que culminou na viragem do século. A indústria conserveira ocupou então as zonas ribeirinhas e em seu redor surgem novos núcleos residenciais, com uma população trabalhadora diversificada, que, por sua vez, atraíram o pequeno comércio. Nos bairros tradicionais, como o Tróino e as Fontainhas, o crescimento assentaria principalmente nas edificações preexistentes, limitando-lhes o desenvolvimento em altura. Se nos novos espaços conquistados à Avenida Todi os princípios regulamentares das edificações, estabelecidos ainda durante a Regeneração, foram cumpridos, o crescimento em altura não respeitou as limitações que a largura das ruas impunha. Ou seja, a concentração humana nos bairros tradicionais andou a par com a formação das ruas estreitas, húmidas, bafientas, numa palavra, anti-higiénicas, que a imprensa referia com preocupação.

A planta da cidade de 1890 mostra-nos ainda, simultaneamente, uma ocupação contínua das principais vias de acesso, nomeadamente da estrada de Palmela e da estrada de Santas, e o aparecimento do primeiro complexo industrial já fora da cidade — as fábricas de conservas de António José Baptista e Manuel Neto, instaladas perto da estação dos caminhos de ferro¹¹. Ao lado destas fábricas nasceu, no início dessa década, o *Bairro Baptista*, inicialmente destinado aos operários, e

¹¹ Existe uma cópia da *planta da cidade (1890)* no Museu do Trabalho em Setúbal.

edificado em torno da Praça de Touros D. Carlos. Outros conjuntos operários, isolados surgiram posteriormente. A instalação no Outão da fábrica da Companhia de Cimentos de Portugal em 1906, a abertura do terminal ferroviário da Cachofarra em 1912 e, mais tarde, a instalação do terminal portuário da SAPEC dariam lugar à formação de outros tantos núcleos isolados da cidade. A ocupação intensiva, predominantemente industrial e comercial, da linha costeira, que se estendia da Saboaria até à Cachofarra, ficaria concluída nos primeiros anos da República.

A partir da Grande Guerra e até aos anos 30 surgiram novos bairros na periferia, alguns sem continuidade imediata com o espaço físico da cidade. A euforia da guerra, provocando um aumento extraordinário do número de fábricas e fabriquetas, disseminou a indústria por toda a cidade, ocupou prédios inicialmente pensados para habitação e expulsou trabalhadores para os arredores. Bairros como o Trindade, Monarquina, Ferreira, Lopes, Melo, Santos Nicolau, Viso e Vale de Grou (Quatro Caminhos) desenvolveram-se em grande parte nesses anos do conflito, quando o número de fábricas de conservas quase atingiu as 130 unidades, o triplo das registadas em 1913¹². Em 1923, por exemplo, fábricas e fabriquetas estendiam-se mesmo até aos bairros pobres dos arrabaldes, sem que houvesse, por parte da autarquia, qualquer ensejo de disciplinar administrativamente esse crescimento.

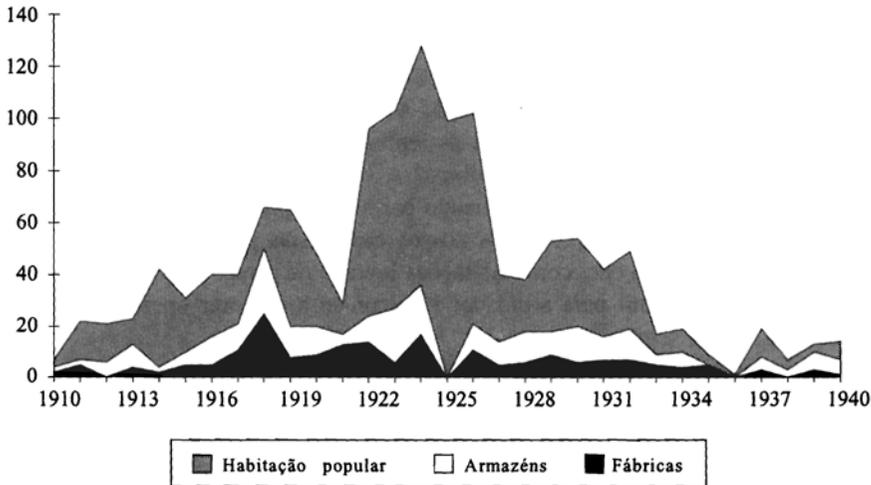
Fábricas, armazéns, habitações pobres, tabernas, «vendas de géneros», a associação desenvolveu-se no período que viu nascer o bairro burguês da cidade — o Bairro Salgado — e, simultaneamente, estes núcleos de barracas e casas pobres nos arrabaldes.

A ocupação dos novos bairros não foi arbitrária quanto à relação com a população imigrante e com a actividade predominante. As gentes do Bairro Santos Nicolau e a do bairro mais antigo das Fontainhas eram conhecidas por *ovarinas*, em referência à origem aveirense e do litoral centro. Ao contrário do pescador do bairro tradicional do Tróino, que vivia da pesca da sardinha, o pescador de Santos Nicolau vivia do estuário do Sado, era geralmente um pequeno proprietário que abastecia o mercado burguês. O habitante do Tróino, por seu turno, aparece ligado à imigração algarvia, atraída com a expansão conserveira. Eram duas «classes» que formaram duas associações de classe distintas, pois viveram diferentes problemas. A curva evolutiva dos rendimentos de cada grupo foi também diferente, ganhando a população de Santos Nicolau, considerado como de «gente remediada».

De qualquer forma, esta alteração no padrão de crescimento resultou do traçado sumário, feito a régua e esquadro, de quintas e pequenas propriedades limítrofes, donde surgiram lotes destinados ao aforamento. Com os lucros alcançados nesta operação, os próprios proprietários, que lhes emprestaram o nome, reinvestiram na construção. Nestes novos bairros dominou a construção de casas térreas e abarracadas, algumas de habitação própria, mas a maioria destinada ao arrendamento, que procuraremos caracterizar mais adiante. Muitos podiam agora trocar os prédios húmidos, as ruelas sombrias e mal-cheirosas, por um alojamento que tinha, se não um espaço maior, pelo menos uma melhor iluminação, arejamento e, por vezes, um pequeno quintal.

Movimentos de processos de obras particulares relativos à construção,
e alteração ampliação de fábricas, armazéns e habitação popular

[FIGURA N.º 3]



Fonte: Quadro n.º 5.

O afluxo de gente à cidade animou, assim, um dos negócios mais especulativos e menos arriscados. Enquanto o número de indivíduos ligados à indústria quase triplicava entre 1890 e o início da República, aqueles que viviam dos rendimentos eram quase nove vezes mais. Um jornalista lisboeta que visitou Setúbal em 1916 notou com surpresa que «nesta cidade provinciana» as rendas de casa custavam «os olhos da cara»¹³. Apesar disso, a construção da habitação para os operários não atraiu particularmente os industriais. Os franceses e os maiores habitavam geralmente fora da cidade e, por outro lado, o patronato típico que habitava em Setúbal não era caracterizado pela opulência. As 42 fábricas registadas no início da República eram detidas por 110 proprietários. Muitas empresas, quer na indústria, no comércio ou nas salinas, eram constituídas por pequenas sociedades comanditárias, que, como por vezes acontecia com as fábricas, tomavam o negócio em situação de arrendamento¹⁴. Em 1920, Setúbal atingia o máximo de 130 fábricas. A expansão económica provocou o aumento desse pequeno empresariado, com uma vida atormentada entre as dívidas e as reivindicações operárias. Foi sob este cenário povoado de pequenos proprietários, pequenos comerciantes e patrões, ou seja, de pequenas fortunas, que devemos pensar nos tipos habitacionais dominantes numa das maiores cidades provincianas.

Frequentemente, o primeiro andar dos edifícios fabris tinha alojamentos destinados ao mestre de fábrica ou até ao proprietário, mas o número de construções

¹³ A. Mendes, *O Algarve e Setúbal...*

¹⁴ V., a este respeito, G. Faria, *ob. cit.*

pensadas no alojamento dos operários foi irrisório. Nos casos em que identificámos o esboçar de um paternalismo industrial, como aconteceu com o cacique António José Baptista e noutros casos menos vistosos, depressa as habitações acabariam por cair no mercado do arrendamento, expulsando delas os operários fabris por não terem condições de pagar o aluguer. No debate que se instalou na cidade, apavorada na sequência da eclosão da peste no Porto em 1899, *O Trabalho* escrevia: «A miséria é incómoda. As ‘vilas’ e outros agrupamentos de casas, em deficientes condições, são as leprosarias dos nossos tempos actuais. Mas para onde hão-de ir viver os pobres? A verdade é que se precisa de casas baratas, porque há muita gente habitando barracas impróprias para moradia que se pagam, aliás, por alto preço. Os nossos capitalistas podiam acudir ao mal, construindo em condições, com habitações leves e de pouco custo. Mas vão lá falar-lhes em coisa útil para a cidade! Limitam-se a explorar operários porque assim o ganho é seguro¹⁵.»

De facto, se esquecermos a grande indústria dos arredores, foram raros os casos em que os papéis sociais de «patrão» e de «senhorio» se identificaram, e isto apesar da habitual associação espacial entre as habitações e o local de trabalho. Se a habitação operária não surgiu como necessária no quadro mais geral de um paternalismo, ela também não interessou aos grupos superiores da cidade. Uma dos mais ricos, Joaquim da Costa Novaes, ligado ao comércio de *import-export*, apresenta neste longo período menos de 10 processos de obras, o que é irrisório, mesmo admitindo que se tratava de um grande proprietário imobiliário.

Na maior parte, a habitação destinada ao arrendamento parece ter origem em pequenas fortunas imobilizadas ou no pequeno comércio retalhista. Em muitos casos, investia-se na compra de propriedades urbanas para viver pacatamente dos rendimentos. Não admira, assim, que apareçam algumas mulheres à frente dos projectos de construção de *vilas* e de *renques de casas*.

O preço mais vulgar do aluguer em 1910 rondava entre os 2\$400 e os 3\$000 réis mensais, podendo, no entanto, atingir os 4\$000 réis¹⁶. Uma das associações de classe da cidade, no referido inquérito, fala mesmo num valor de referência tabelado: 30 réis por metro cúbico para uma habitação corrente de 80 m³. Estimava-se então que a renda de casa absorvia cerca de cinco dias de rendimento da família operária¹⁷. Os conserveiros, por seu turno, afirmavam que gastavam 90 % do salário com «o sustento parco» da família. Nestas condições, o trabalho da mulher e dos filhos, sempre mais irregular e mal pago, tornava-se indispensável. Podemos, assim, estimar os rendimentos de que a família poderia dispor para os gastos com a habitação, bem como o tipo de habitações que «o mercado do arrendamento» lhes poderia proporcionar.

¹⁵ *O Trabalho* (ano 1, n.º 13, 7 de Abril de 1901).

¹⁶ V. J. Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado [...]», in *Boletim do Trabalho Industrial*, 49, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

¹⁷ J. O. Simões, «Contribuição para o estudo das casas para operários», in *Boletim do Trabalho Industrial*, 66, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

Os jornais, de forma indirecta, dão-nos conta desse importante mercado para aplicação de pequenos capitais. Em 1908, por exemplo, 7 barracas de alvenaria que rendiam novas 122\$400 réis por ano eram vendidas por 1100\$000 réis¹⁸. Um prédio situado no bairro popular do Tróino, constituído por loja e 1.º e 2.º andares, era posto em praça por 600\$000 como base de licitação¹⁹. Outro prédio com loja e mais três andares no centro da cidade rendia anualmente 260\$200 réis e vendia-se por 2 contos. A relação entre o rendimento anual do imóvel e o seu valor venal era geralmente inferior a 1:8. Uma «casa» composta por duas lojas e dois primeiros andares que rendia anualmente 96\$000 foi licitada na base dos 500 mil réis. Outro prédio de duas lojas e dois andares com quatro fogos rendia 129\$000, pagava 12\$000 de foro e era posto em praça por 800 mil réis²⁰.

Neste ambiente liberal, o investimento imobiliário teve uma relação directa, mas não imediata, com o fluxo populacional, variando com uma hipotética curva da procura. A partir de 1911, a taxa anual de crescimento populacional abranda relativamente às duas décadas anteriores, mas registou-se um aumento superior a 9000 indivíduos nas duas décadas seguintes. Até aos anos 20 encontramos uma relação próxima entre a construção de habitações e o movimento de processos relativos às fábricas e armazéns (figuras n.ºs 4 e 5)²¹. Mas depois essa relação desapareceu quando o volume de processos sobre habitações e a quantidade de fogos construídos quase triplicaram. O número de fábricas ficaria reduzido a metade devido à crise, agravada depois com a intervenção autoritária pré-corporativa.

Ora, foi sobretudo naquele período crítico do pós-guerra, numa fase marcada pelas pressões inflacionistas, que disparou o volume dos processos relativos à habitação das famílias pobres. O investimento aparecia, assim, como uma aplicação das pequenas poupanças, alcançadas durante os anos anteriores de euforia, na segurança. A crise na indústria conserveira, afectando também o comércio, apoiou este investimento imobiliário, que aparecia agora como excelente. E é a persistência dessa crise, agora estrutural, que acabou por liquidar este processo até ao esgotamento do modelo em que assentava a prosperidade da cidade. Os anos 30 revelam uma inversão nesse processo a caminho da modernidade: o número de improdutivos e a criadagem urbana aumentam extraordinariamente, o número de pescadores duplica sem relação imediata na capacidade das capturas, os rendimentos do trabalho diminuem gradualmente, enfim, a cidade perde cerca de mil indivíduos²². Mesmo admitindo que muitas barracas estavam fora

¹⁸ V. *O Independente*, Setúbal, de 16 de Abril de 1908. O valor de arrendamento médio mensal por barraca cifrava-se em 1\$460 réis, ou seja, metade do valor que as associações de classe indicaram no inquérito industrial. Trata-se, pois, de um mercado para os estratos inferiores da classe trabalhadora.

¹⁹ *O Elmano*, Setúbal, de 27 de Maio de 1908.

²⁰ *Ibid.*, de 31 de Outubro de 1908.

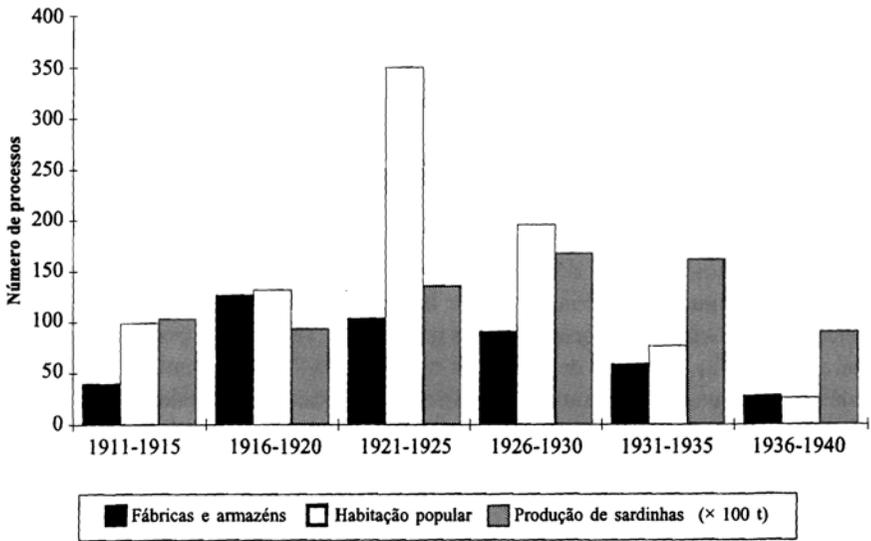
²¹ Os processos relativos a armazéns são habitualmente destinados ao comércio a retalho ou como apoio à indústria ou ao comércio. Só excepcionalmente iriam servir para habitação, sendo necessária depois licença para proceder à divisão do espaço interior.

²² Faria, *ob. cit.*, p. 36. Segundo ele calculava, o montante pago pela indústria conserveira aos seus 5000 servidores em 1948 era apenas 39 vezes mais do que essa indústria pagava em 1912 a 3720, quando os salários médios tinham aumentado, pelo menos, 45 vezes.

do controle municipal, o número de processos não tinha já relação com o número de fogos construídos. Ou seja, por outras palavras e muito simplesmente, deixou de se construir para as famílias pobres.

Obras em fábricas, construção e ampliação de habitações populares e exportação de sardinhas em Setúbal, 1911-1940

[FIGURA N.º 4]



Fonte: Quadro n.º 5.

Número de fogos construídos, ampliados ou alterados na cidade de Setúbal, 1911-1940

[FIGURA N.º 5]



Fonte: Quadro n.º 4.

Assim, foi sobretudo nos anos imediatos da Primeira Guerra Mundial que se construiu a maioria dos grandes conjuntos, como os *renques* e as *vilas*, e se formaram os bairros populares periféricos a partir dos loteamentos particulares. Enquanto as maiores unidades tiveram origem no comércio e em aplicações de pessoas que viviam da renda urbana, os pátios e os novos bairros resultaram da aplicação de pequenos capitais amealhados nos bons anos. Estamos longe dos grandes senhorios dos subúrbios das urbes industriais. Só excepcionalmente encontrávamos aqui quem apresentasse 6 processos de construção durante estas três décadas. O número de pátios que se formaram espelhava esse universo feito de minúsculos especuladores. Ao lado (ou por cima) da taberna ou da pequena casa de comércio habitava o comerciante, que ali ao lado, na rua pública, construía outra casa para alugar e, nas traseiras, umas barracas para albergar uma ou duas famílias. Porventura, tinha ainda um quarto alugado a um hóspede. Noutros casos, pescadores por contra própria e trabalhadores afortunados, depois de construírem a sua casa, mais ou menos abarracada, nos novos bairros, decidiam construir anexos no quintal para os mais pobres.

O caso de Miguel Francisco Simões, ferreiro que trabalhava numa litografia perto do Bairro Baptista, exemplifica este processo. O seu trabalho era fazer ferros para os soldadores das fábricas de conservas, sem dúvida um bom negócio para quem ganhava à peça. Ele foi um dos primeiros a construir no Bairro Lopes, quando, durante a guerra, lhe saíram 1000 escudos na lotaria. Tomou de foro o terreno e comprou a casa alugada onde vivia. Depois, pagando a pedreiros, mas também com a ajuda do seu trabalho e dos filhos, construiu outras duas casas na rua e mais casas no quintal para alugar. Por forma a conseguir maiores economias, ele próprio habitava numa barraca no quintal e tinha alugadas as melhores casas viradas para a rua pública. Até aos anos 30 chegou a ter 13 inquilinos no quintal. Na Câmara encontrámos apenas 4 processos entre 1919 e 1932, relativos a duas casas e a uma barraca, ou seja, 5 fogos no total. Esta é, muito sucintamente, a história do pátio Miguel Simões, cuja construção no interior do quintal escapou, em larga medida, aos serviços municipais. A história é relativamente banal, com a excepção do proprietário, muitas vezes lojista ou taberneiro (Setúbal tinha centenas de tabernas). É, enfim, a história de um capitalismo popular, apenas possível porque havia sempre alguém que precisava de alojamento e vivia bem pior do que os trabalhadores oficinais, os operários de indústria e os próprios pescadores, como foi o caso, por exemplo, dos descarregadores de peixe do porto ou dos carroceiros que o transportavam para as fábricas.

Em suma, é nos próprios estratos inferiores da burguesia e, por vezes mesmo, entre alguns trabalhadores que iremos encontrar os agentes animadores da construção de pequenas casas térreas e de barracas.

O PAPEL DO ESTADO

Ao contrário do que a evidência fotográfica poderia sugerir, as autoridades municipais estiveram longe da passividade durante este processo de construção,

não planeada, da cidade. A avaliar pelas disposições contidas no *Código de posturas* de 1890, desde então tornou-se necessário aos particulares que desejassem realizar obras em imóveis ou proceder a edificações na cidade requerer uma licença prévia à autarquia. Se bem que não nos seja possível avaliar a extensão da fiscalização exercida, sabemos, porém, que essa regulamentação se preocupava fundamentalmente com o alinhamento das edificações, com questões de salubridade e de ordem estética.

A legislação de Dezembro de 1903, ao regulamentar os processos de edificação urbana, veio reforçar os poderes de intervenção dos vereadores. Assim, os particulares apresentavam obrigatoriamente plantas, cortes e alçados das obras a executar, bem como o plano de saneamento da habitação (esgoto, iluminação e ventilação) com a distribuição do espaço interior. As novas disposições impunham regras claras na relação entre o espaço público e privado, estabelecendo um *ratio* entre a altura das fachadas e a largura da via pública, por forma a salvaguardar a iluminação da casa, e sistemas de esgoto das águas pluviais e dos dejectos. Estas normas «higiénicas» constituíram o instrumento jurídico de base que orientou o ordenamento dos novos espaços até à elaboração do primeiro plano de urbanização de Setúbal, em 1944²³. Em nome da «higiene pública», o *Regulamento de salubridade das edificações urbanas* condicionava ainda a construção do espaço privado por forma a garantir o isolamento, a ventilação e a iluminação das habitações²⁴.

O processo de licenciamento das edificações começava pela apresentação do projecto pelo requerente na Repartição de Obras da Câmara. Este era depois enviado à autoridade sanitária, a qual devia dar o seu parecer. A apreciação devia ter em conta eventuais irregularidades do projecto e, por vezes, estabelecer algumas reservas que a prática da execução dos projectos aprovados aconselhava. Em função deste parecer, a Repartição de Obras prestava uma «informação» à vereação, que sobre ele devia deliberar. Na prática, a vereação seguiu sempre esta informação. O parecer da autoridade sanitária, que legitimava todo o processo de controle e intervenção do Estado, não era, porém, vinculativo. Embora ele fosse normalmente atendido pela Repartição de Obras, algumas vezes arranjam-se formas de contornar as objecções que colocava, e nos anos 20 encontramos mesmo situações em que ele foi desautorizado.

Quase todos os projectos eram avaliados em menos de uma semana e, em muitos casos, em um ou dois dias²⁵.

²³ Para as questões de planeamento urbano em Setúbal, v. Carlos Vieira de Faria, *Novo Fenómeno Urbano. Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1980.

²⁴ V. Decreto regulamentar de 14 de Fevereiro de 1903 na *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1903*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

²⁵ O cálculo é feito a partir da diferença entre a data de entrada do requerimento na Repartição e o seu despacho pela vereação. Em alguns casos, os desenhos aparecem com a data de conclusão e então verifica-se que desde a elaboração do projecto até à deliberação da vereação raramente se ultrapassavam as duas semanas.

Grande percentagem dos desenhos respeitantes quer a prédios pobres, quer a edifícios que procuravam uma maior dignidade, eram feitos por um desenhador talentoso, um tal J. Dinis, que era funcionário municipal. A maior parte dos processos era enviada por uma agência comercial, sediada na Avenida Luísa Todi, que tratava de todos os trâmites administrativos e cujo responsável, um tal Manuel Dias Duque, era também... fiscal de obras. A agência manter-se-ia, mas o seu nome iria desaparecer (mas oficialmente) quando, em 1921, assume a direcção da Repartição de Obras.

Outros projectos de arquitectura corrente foram encaminhados por pequenos construtores e os desenhos toscos que aparecem são indício de estarmos perante agentes de baixa formação escolar. Apesar disso, eles eram avaliados com igual celeridade; e mesmo o facto de alguns aparecerem em papel «vegetal» de baixíssima qualidade não obstou à sua aprovação.

As decisões da autarquia resultavam de compromissos entre as exigências das normas estabelecidas e a vontade dos proprietários, que encomendavam aos construtores e agentes o desenho do projecto. A grande maioria dos pareceres dos serviços indicavam recomendações na execução das obras ou estabeleciam cláusulas restritivas. As deliberações da vereação raramente se limitavam a re-provar os projectos. Remetia-se, assim, para fiscalização posterior o cumprimento dessas recomendações. A acção das autoridades, quer na fase de aprovação do projecto, quer depois da vistoria, pareceu mais correctiva do que impeditiva.

A mesma atitude foi tomada perante as construções não licenciadas. Algumas multas aparecem não apenas a edificações de raiz ou a alterações na execução dos projectos aprovados, como até a pequenas obras, como a abertura de um portão num armazém ou num quintal. Em suma, fica-se com a ideia de que um certo laxismo na correcção de certo tipo de situações coexistia com um zelo administrativo notável.

As normas estabelecidas até aos princípios do século respeitavam apenas às construções *urbanas*; e o espaço urbano, tal como as posturas o definiam, era delimitado pela iluminação pública. As construções nos núcleos em formação, vastos espaços sem qualquer tipo de infra-estrutura sanitária e urbana, por ficarem fora da *cidade*, não estavam, em princípio, sujeitas a essas disposições. Porém, com a divulgação das preocupações sanitárias, as construções situadas em zona campestre seriam também fiscalizadas. A Câmara obrigou também os proprietários que estavam a vender terrenos para construção a traçarem novas ruas a régua e esquadro. Os bairros foram talhados de tal forma que os arruamentos maiores só permitiam a construção de edifícios com um ou dois pisos, no máximo, sem qualquer tipo de infra-estruturas sanitárias, nem abastecimento de águas, nem iluminação pública. Apesar disso, a fiscalização da autarquia foi apertada. Assim, encontramos hoje no Arquivo Municipal inúmeros projectos de barracas de madeira e de casas abarracadas, a par de outros edifícios melhor construídos, destinados quer a habitação própria, quer para alugar a famílias de baixos recursos.

As vias pelas quais a legislação parecia, em muitos casos, ter sido ignorada foram as mais diversas, tendo imperado o «realismo» sobre «os princípios». Atentemos primeiro nas estratégias promovidas pelos proprietários para contornarem os obstáculos maiores que se apresentavam, nomeadamente na repartição do espaço interior das habitações, na iluminação, na ventilação e no crescimento em altura.

Uma das estratégias para fugir à fiscalização da repartição do espaço interior consistia, quando se construía um imóvel de dois andares, em reservar o rés-do-chão para o comércio ou armazém. O projecto era desta forma aprovado e, mais tarde, optava-se por dividi-lo à revelia das autoridades²⁶. O mesmo sucedia com edifícios de um piso que apareciam inicialmente destinados a armazém. Outro processo consistia em aproveitar o sótão, abrir trapeiras e arrendá-las como habitação independente e submeter à Câmara um projecto de «alteração de fachada de prédio», para o qual não era exigido mais do que um desenho da fachada.

No que respeitava ao cumprimento dos princípios sobre a iluminação da casa e às limitações ao crescimento em altura que eram colocadas em função da sua relação com a largura da via pública, um conjunto de diferentes circunstâncias limitavam a sua aplicação. Nas zonas centrais da cidade, o crescimento foi apenas limitado pela solidez dos edifícios preexistentes, já que os processos de construção «de raiz» foram menos frequentes. A própria malha urbana muito antiga não obedecia aos requisitos da própria lei e apenas um projecto global de renovação urbana poderia eliminar as ruas estreitas e sombrias²⁷. A disposição das casas antigas, normalmente de fachada estreita e de desenvolvimento em profundidade, impossibilitava que todos os quartos fossem iluminados. As aberturas eram alargadas e as divisões interiores recebiam a função de «casas de arrumos» e desta forma os projectos eram aprovados.

Noutros casos não se cumpriram as normas relativas à iluminação devido ao desejo de estabelecer um corte com o meio rural. Apesar de não haver limitações físicas, as habitações pobres da periferia não tinham geralmente uma leitura das quintas envolventes. O caso de Vila Maria, situada na estrada da Graça, no extremo da cidade, exemplifica esse corte a que a população proletária foi fisicamente sujeita. A fachada do imóvel ficava exposta para a via pública, forman-

²⁶ V., por exemplo, o parecer do subdelegado de saúde ao projecto «de construção de uma casa de Sebastião Pereira» (Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*, 1920, n.º 153): «Com uma certa frequência aparecem à aprovação propostas de pequenos edifícios destinados a armazéns mas que não têm nem as dimensões nem a disposição própria, antes parecem projectos de edificações habitacionais sem as divisões interiores. Necessário se torna que uma fiscalização municipal verifique cuidadosamente se não se trata de mais uma manobra fraudulenta para construir mais tarde as divisórias [das habitações] sem obedecer ao preceito do respectivo regulamento.»

²⁷ O primeiro plano de urbanização de Setúbal (1944) previa pela primeira vez a eliminação dos «núcleos anti-higiénicos» que hoje figuram como parte integrante da «zona histórica» da cidade.

do uma banda contínua de portas e de janelas que se repetiam em dois pisos. Mas as traseiras, voltadas para as quintas, não tinham outra abertura para além de frestas de ventilação dos quartos²⁸. Noutra construção do mesmo tipo, o subdelegado de saúde afirmava que «as habitações [tinham] péssimas condições higiénicas porque os quartos ficam sem luz para trás» e punha em dúvida que eles tivessem «a capacidade mínima dos 100 m³», pois os desenhos não apresentavam as suas dimensões em profundidade²⁹. Em resposta, a Repartição de Obras esclarecia a vereação da Câmara nestes termos: «Este pedido é para a construção no interior de um quintal próximo aos 4 caminhos e assim não vê esta repartição inconveniente em conceder-se [a licença]. Os 100 m³ que a autoridade sanitária exige não são aplicáveis a pequenas construções nem mesmo se pode exigir para construções de tal natureza em Setúbal³⁰.»

Perante estas duas posições divergentes, a vereação aprovou o projecto, dando razão aos seus funcionários. Para a autoridade sanitária tratava-se de defender uma qualidade de construção mínima que garantisse o isolamento, a ventilação e a iluminação dos quartos e um espaço mínimo de habitação. E, embora a lei definisse como limite mínimo 25 m³ por quarto, cada habitação destinada à família deveria ter, no mínimo³¹, 100 m³. Havia, pois, que defender um espaço com um mínimo de qualidade para cada família morar³². Nada de pactuar com os proprietários que apresentavam projectos com cubículos sem iluminação sob a designação de «casa de arrumos», «saleta», «casa de costura», etc.

Quanto à questão essencial do espaço, surgiram divergências de interpretação das leis entre a autoridade sanitária e a Repartição de Obras, que, como vimos, defendia apenas o cumprimento dos 25 m³ por quarto. Afirmar o contrário era

²⁸ Vila Maria, situada na estrada da Graça, na sequência das indústrias situadas à beira do Sado, data, muito provavelmente, do início do século e foi demolida no início deste ano (1993).

²⁹ Parecer do subdelegado de saúde de 29-11-1921 ao «projecto de uma vila que Joaquim d'Oliveira pretende construir no seu terreno sito na estrada de Aljeruz» (Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*, 1922, n.º 1). Apesar de situado no meio de um amplo olival e, portanto, sem qualquer impedimento físico à abertura das habitações para o exterior, os quartos das traseiras têm apenas frestas de ventilação. A «vila» é, na verdade, um «renque» sem leitura directa da via pública. A fachada é uma banda contínua formada por módulos de porta e janela voltadas para um pátio interior.

³⁰ A informação da Repartição encontra-se no mesmo processo (1923, n.º 1).

³¹ V., por exemplo, o «projecto de uma casa que Camilo dos Santos pretende fazer na Fonte da Telha (estrada de Santas)», de 21-2-1922 (Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*, 1922, n.º 26). Trata-se de um conjunto de 3 fogos com 2 e 3 divisões. A autoridade sanitária defendia que «os compartimentos não têm as dimensões legais e cada uma das habitações não tem o mínimo de 100 m³ correspondente a 4 pessoas de família». A informação da Repartição, por seu turno, afirmava que o projecto «pode ser aprovado, apesar do parecer da autoridade sanitária [...]; o regulamento de salubridade exige 25 m³ de capacidade de ar somente para os quartos de dormir o que todos têm [...] além disso trata-se de uma construção ligeira e no campo.»

³² No caso de um projecto «de construção de uma casa de Sebastião Pereira no Bairro Trindade» de 15-07-1920 (Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*, 1920, n.º 153), que apenas tinha uma divisão, o subdelegado de saúde defende assim o seu princípio: «Entende-se que

irrealista, pois, tal como as associações de classe da cidade referiam em 1910, a norma eram os 80 m³ para uma casa de 4 divisões (incluindo a cozinha). Ora, a partir dos finais da Primeira Guerra Mundial aparece um número crescente de projectos de casas com 2 e 3 divisões, uma delas a servir de cozinha.

A Repartição de Obras preocupou-se sobretudo com o saneamento urbano (não haveria problemas com construções «anti-higiénicas» desde que fossem afastadas da «cidade»), com a salvaguarda da estética da cidade (não deveria permitir-se a construção de casas de inferior qualidade junto à via pública, pois a cidade burguesa devia esconder a miséria) e com o seu ordenamento (a implantação dos edifícios deveria obedecer a princípios racionais)³³.

O argumento poderoso e decisivo perante a impossibilidade de fazer aplicar a lei foi o do «realismo». Desde o início do século que a imprensa falava na carestia das rendas e na necessidade de construir casas baratas. O problema da habitação, que, em sistema liberal, se traduzia na sua baixa qualidade e no seu elevado preço, afectava não apenas os pescadores e os trabalhadores fabris, enfim o proletariado urbano, como também os estratos inferiores da pequena burguesia, nomeadamente o baixo funcionalismo³⁴.

A questão que se colocava então era a de saber como fazer aplicar uma legislação que apenas era integralmente cumprida nas melhores habitações burguesas; ou, por outras palavras, como construir habitações com um mínimo de qualidade sem cobrar rendas elevadas? Não seria irrealista, por parte das autoridades, querer que se construíssem «habitações ligeiras para os pobres» — solução por muitos advogada para combater a carestia das rendas — e, ao mesmo tempo, exigir delas uma qualidade superior? Como fazê-lo quando a quase totalidade do salário do operário era gasto no «sustento parco» da sua família?

uma casa é para uma família que em média tem 4 pessoas e como a lei exige 25 m³ por pessoa, exige 100 m³ por habitação de família. Se Sebastião Pereira quer uma casa só para si acho bem; o que não sei, porém, é que fiscalização se poderá exercer para que dentro em pouco o dito proprietário não alugue a casa a uma família de 9 ou 8 pessoas. Deixo pois o caso à ponderação da Câmara.»

³³ Como se trata de procedimentos correntes da Repartição, não faltam exemplos como este a propósito da construção de barracas de madeira: «Como é no interior dum terreno e não faz face para a via pública pode conceder-se [licença] devendo [o proprietário] cumprir todas as disposições aplicáveis» (Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*, 1919, n.º 102: «Processo de construção de uma barraca, sem frente para a via pública, dentro do quintal da casa de Eduardo Nunes no Alto da Brasileira, Bairro Melo»).

³⁴ Veja-se, por exemplo, o artigo «Casas baratas» no *Elmano*, n.º 1371, Setúbal, de 2-5-1908: «É um facto que quase todos os operários [...] têm dificuldade em pagar rendas de casa que possam convir à sua saúde e têm de se limitar a verdadeiros antros sem ar nem luz. Mas também é verdade que, sem serem operários, muitos milhares de indivíduos doutras profissões, talvez mesmo em maior número que o dos operários, ganham também pouco, têm as mesmas dificuldades e às vezes até maiores [...] Agora a questão [das casas baratas com um mínimo de qualidade] vai tomando um aspecto mais genérico e, portanto, mais simpático; fala-se também nos pequenos funcionários públicos ou particulares, em todos os indivíduos cujos proventos modestos lhes não dão boas armas para a luta social cada dia mais difícil.»

De facto, a própria autoridade sanitária, cujo parecer teria funcionado como uma espécie de consciência moral do sistema, sustentava que as normas vigentes eram inadequadas para enfrentar o problema. No caso das *vilas* e dos *pátios*, chegaram a sugerir-se normas específicas, que a legislação sidonista veio, afinal, complicar³⁵.

Desta forma, quando pensamos na qualidade da habitação dos mais pobres, devemos considerar tanto as lacunas da fiscalização como a manutenção dos edifícios construídos. A imprensa fez eco desses dois problemas, que se tornaram lugares-comuns: os trabalhadores queixavam-se dos senhorios (falava-se mesmo no «ódio ao senhorio») e estes acusavam os inquilinos da ruína das construções. O problema maior para quem vivia nas «barracas» de madeira (com uma vida útil limitada a duas décadas) era que elas não tinham recuperação possível. Apesar disso, quase todas as edificadas até aos anos 20 subsistiram até aos finais dos anos 60, reforçadas pelos moradores com folhas-de-flandres e grelhas de peixe que traziam da fábrica³⁶.

A HABITAÇÃO POPULAR URBANA: CASAS E BARRACAS, RENQUES, PÁTIOS E VILAS

A análise do processo fiscalizador do Estado, em confronto com a realidade, poderá sugerir que o alcance da lei foi deveras limitado e que, afinal, o problema higienista, diluindo-se com o avanço da ciência médica, veio servir para a intervenção municipal numa área até então pouco cuidada como era a disciplina do crescimento urbano. Em muitos aspectos, as novas orientações municipais seriam seguidas sem que beneficiasse com isso a qualidade do alojamento, a começar pelo cumprimento dos alinhamentos dados pela Repartição de Obras, de acordo com os traçados a régua e esquadro. A intervenção afectou também a largura das portas e janelas por forma a iluminar e arejar todos os quartos. O princípio, porém, chocava com o desejo de isolar as casas proletárias do espaço rural envolvente, cortando a leitura a partir dos quartos. Os terrenos livres das zonas urbanas eram murados, sancionado essa ruptura. A definição da necessidade de arejamento, por outro lado, obrigou até as barracas mais miseráveis a uma cubagem mínima de 25 m³ por divisão, o que foi conseguido elevando-se o pé-direito até aos 3,25 m. As casas passaram a dispor, no exterior e junto à cozinha, de pias para a remoção dos dejectos da casa. Em muitos casos, cada pia dava serventia a um bloco de habitações, mas a tendência geral foi para se individualizarem. Na maior parte dos casos, as habitações não ficaram ligadas à rede pública de esgoto por ser inexistente,

³⁵ Veja-se, por exemplo, o parecer sobre o «projecto de construção de uma «Vila» de D. Guilhermina Cândida Branco no Bairro Santos Nicolau», de 22 de Outubro de 1922 (Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*, 1919, n.º 114). Sobre as casas económicas, v. Decretos n.ºs 4137, de 25 de Abril de 1918, no *DG*, t. 87, e 4440, de 12 de Junho de 1918, *DG*, t. 136.

³⁶ A partir de 1965, as instituições corporativas e a Câmara de Setúbal lançam um projecto de construção de cerca de 2100 fogos destinados a «habitação social», sendo destruídos alguns núcleos de barracas. Nesta altura o crescimento da cidade acabaria por tornar apetecíveis muitos terrenos antes ocupados por uma população operária.

mas a autarquia obrigava o proprietário a construir e a garantir a manutenção da fossa-moura que, deste modo, se vulgarizou.

Os maiores cuidados da Repartição de Obras iam para o aspecto exterior. As aberturas das fachadas expostas para a via pública deveriam ser revestidas a pedra de canteiro, que era muito mais cara do que o pequeno tijolo compacto, utilizado tanto nas habitações como nas fábricas ou armazéns. As casas assim voltadas para o exterior individualizavam-se, sobretudo através da pintura, enquanto o uso da platibanda, para esconder o telhado, as integrava no conjunto do bairro. Os tubos de queda eram uma obrigação. Assim, estas construções, formalmente muito diversificadas, eram já diferentes da habitação rural tradicional da região. Este novo tipo habitacional foi o resultado de um compromisso com os proprietários, que procuravam a maior rendibilidade do seu investimento e novas soluções resultantes da construção de um novo espaço³⁷.

Alguns indicadores sobre a qualidade de construção de módulos habitacionais populares na cidade de Setúbal, 1910-1930

[QUADRO N.º 2]

	Barraca de madeira	Casa abarracada	Casa de alvenaria
Caixa de isolamento do solo	Não tem.	0,30 ~ 0,60. 0,50 m.	0,60 m ou mais.
Paredes exteriores:			
Material	Madeira.	Alvenaria.	Alvenaria.
Espessura	—	0,30 ~ 0,60.	≥ 0,50 m.
Paredes interiores — material	Madeira.	Tabiques, alvenaria.	Alvenaria.
Forro sob o telhado	Sim/não.	Sim.	Sim.
Material de cobertura	Chapa, telha.	Telha marselhesa.	Telha marselhesa.
Tubos de queda/águas pluviais	Não tem ou exterior.	Exterior/interior	Exterior/interior
Esgoto da casa	Não tem ou pia e fossa-moura.	Pia e fossa-moura.	Pia e fossa-moura; retrete rara.
Pé-direito — dimensão	3,00 ~ 3,25 m.	3,25 m.	3,25 m.
Aberturas:			
Janela, dimensões	0,90 × 1,60 m.	0,90 × 1,50. 1,00 × 1,60.	1,00 × 1,60 m. —
Porta, dimensões	0,90 × 2,40 m.	0,9 ~ 1,00 × 2,40 ~ 2,60.	1,00 × 2,60 ~ 3,00.
Guarnição	—	Parcial em cantaria (só fachada), tijolo «burro».	Cantaria, tijolo «burro».
Outros materiais funcionais	Vidro, madeira.	Vidro, madeira.	Vidro, ferro, cantaria.
Iluminação dos compartimentos	Sim.	Sim ou só fachada.	Sim ou só fachada.
Entrada independente da habitação	Sim.	Sim/não.	Sim/não.
Fachada exposta para rua pública	Raramente.	Sim só na periferia.	Sim.
Aproveitamento do sótão para habitação	Raro.	Pouco frequente.	Muito frequente.
Associações frequentes	Isolada ou em quintal.	Renques de casas, vilas, quintal.	Casa geminada, renques, prédio de 2 pisos.

³⁷ Veja-se, por exemplo, de A. Miranda Montenegro, *A higiene nas habitações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, *Bairros Operários e Saneamento Urbano*, Lisboa, 1903, e *As condições de Habitação e a Saúde Pública*, Lisboa, 1904.

A análise dos projectos de habitações correntes destinados a albergar os estratos inferiores da urbe setubalense permite pensar em alguns módulos básicos. A partir deles pode estabelecer-se um conjunto contínuo de valorizações ou de mutilações que hierarquizavam a oferta de alojamento, a começar pela própria qualidade da construção. Tanto as barracas como as casas térreas, os renques ou até os prédios de dois pisos surgem subordinados à mesma planta de base.

A barraca de madeira, «construção ligeira para os mais pobres», com cobertura de duas águas em telha marselhesa, situava-se normalmente em «zona campestre», na periferia. Coexistia com ela a «barraca de alvenaria», ou a «casa abarracada», que tinha habitualmente o mesmo tipo de planta e de cobertura. As paredes exteriores de alvenaria e a platibanda na fachada distinguiam-na claramente das barracas.

A distinção entre a «barraca de alvenaria» e a «casa abarracada» era difusa. Os dois termos são usados frequentemente como equivalentes. A estabelecer-se alguma diferença, ela estava na qualidade das paredes exteriores³⁸. A casa de alvenaria, por ser turno, estava isolada do solo e da cobertura por um forro em madeira e a construção, no seu conjunto, obedecia às condições mínimas exigidas pelo regulamento de 1903.

A planta de base era quadrangular, mas o espaço interior era dividido desigualmente (figura n.º 6). A maior parte das plantas não referiam a função dos espaços interiores (ao contrário do que sucedia nos casos de requerentes que construam a sua própria habitação), mas isso não é impeditivo da percepção da sua funcionalidade³⁹. A porta de entrada dava habitualmente para a «casa de fora», que servia de zona de distribuição. Por aqui chegava-se à cozinha, a divisão mais pequena, que, por sua vez, comunicava, nas construções de um só piso, com o quintal ou com o pátio comum a outros moradores.

As dimensões do quarto destinadas ao casal eram muito idênticas às da «casa de fora». O dormitório dos filhos distribuía-se por toda a casa, conforme o sexo e a idade, ocupando o quarto mais pequeno, a casa de entrada e o quarto do casal.

Um modelo deste tipo é o projecto de 1919 de «uma casa que António Ramos pretende construir no seu terreno na rua C do Casal da Isca»⁴⁰.

³⁸ Esta diferença dificilmente é percebida através dos desenhos dos projectos de obras, pois estes nunca vêm acompanhados de memória descritiva. A análise de casos concretos no terreno permite, no entanto, estabelecer esta distinção.

³⁹ Os pequenos lojistas, os pescadores do rio que tinham as suas pequenas embarcações e o baixo funcionalismo, por exemplo, apresentam projectos de habitação que em muitos casos em nada se distinguia da habitação dos operários. Os espaços, no caso da «casa própria», surgem referenciados como «casa de entrada», «quarto», etc., e as casas apresentam na fachada elementos que as individualizam das restantes.

⁴⁰ V. Arquivo Municipal de Setúbal, núcleo *Projectos de Obras*.

A distribuição do espaço apresenta-se desta forma:

Espaços interiores	Dimensões	Superfície	Cubagem
Casa de entrada	3,40 × 2,55	8,67	28,18
Cozinha	3,20 × 2,35	7,52	24,44
Quarto I	2,70 × 2,85	7,70	25,00
Quarto II	2,30 × 3,20	7,36	23,92
<i>Total</i>		31,25 m ²	101,540 m ³
Dimensões exteriores	6,60 × 6,60 m		
Pé-direito	3,25 m		
Largura das aberturas exteriores	1,00 m		

Apesar de a casa não ter isolamento do solo e ser evidente a pobreza do conjunto, este projecto está longe de ser dos piores⁴¹. A mesma planta encontramos também nas barracas de madeira ou de alvenaria. Como já referimos, muitas habitações tinham apenas 2 e 3 divisões e um espaço que rondava os 80 m³. Noutros casos, metade da casa não recebia iluminação directa da rua, ficando a cozinha e um quarto como espaços interiores (figura n.º 4).

Esta construção, sem qualquer elemento individualizante na fachada, constituiu o módulo básico a partir do qual se «construíram» outros conjuntos. A necessidade de espaço podia levar à construção de uma *trapeira* ou, desde que as paredes resistissem, de um andar superior, que repetia a mesma planta. Por outro lado, a platibanda na fachada exterior emprestava a este tipo de construções um elo com um conjunto alinhado, formando uma banda contínua de habitações iguais (figuras n.ºs 7 e 8). Estes conjuntos de desenvolvimento horizontal receberiam aqui a designação de «renques» ou, mais raramente, «quartéis». Eles chegaram a formar conjuntos maiores que se desenvolviam em quadrado sobre um pátio interior e que ficariam conhecidos por «vilas».

Estes agrupamentos permitiam importantes economias de escala. Desenvolvendo-se em extensão, as habitações não necessitavam de paredes sólidas, tinham fossas comuns, partilhavam chaminés, paredes exteriores, etc., sem sofrerem os custos que comportava a construção em altura. A única desvantagem estava em exigirem um maior investimento inicial. Por isso, aparecem em número bastante menor do que os projectos de casas para uma ou duas famílias, que, de forma algo idêntica, reconstituem aqueles agrupamentos nas ruas ou nos pátios.

O «pátio» aparece, deste modo, como um agrupamento de diversos tipos de alojamento popular. Como já referimos, a sua difusão resulta de um processo de

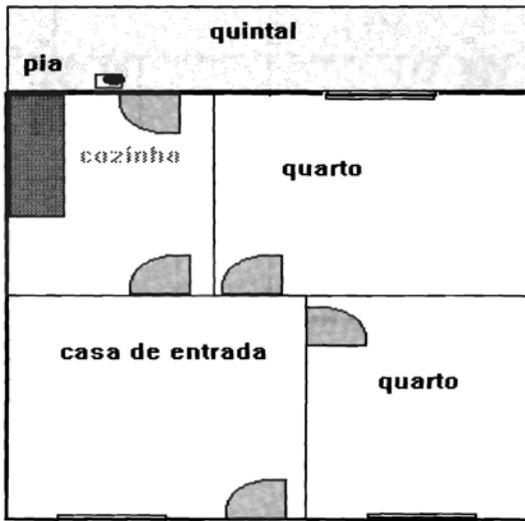
⁴¹ Por diversas ocasiões, este desenho apareceu apresentado por outros indivíduos que recorriam aos serviços da agência do fiscal de obras da Câmara.

aplicação de pequenos capitais, distribuído ao longo de vários anos. Como norma, as casas melhores ficavam expostas para a via pública, onde poderíamos encontrar guarnições de cantaria e até alguma decoração. A abertura de acesso para o quintal alternava entre o portão de ferro trabalhado e a simulação de uma porta de uma habitação da rua, solidária com as restantes. No interior encontravam-se os piores alojamentos: barracas com duas divisões (uma a servir de cozinha), sem qualquer espécie de isolamento do solo e da cobertura, que albergavam famílias com 6 e 7 filhos. O pátio comum desaparecia para dar lugar a um estreito corredor de distribuição para as casas, às vezes com 1 m de largo.

Distribuição espacial tipo «casa térrea» dos novos bairros em Setúbal, 1910-1920

[FIGURA N.º 6]

Módulo 1



Fonte: Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras*.

Nestes espaços, uma parte importante das construções fugiram ao controle municipal e parece ter havido um desinteresse gradual por este tipo de situações precárias a partir dos anos 30.

Os projectos de «vilas» foram, pois, excepcionais, apesar de prolongarem este padrão de evolução, que recorre ao uso extensivo do solo e, simultaneamente, sacrifica a qualidade da construção e o espaço oferecido para arrendamento. O «projecto de uma 'villa' que D. Guilhermina Cândida Branco pretende fazer no seu terreno sito na rua B do Bairro Santos Nicolau» desenvolve-se a partir de um renque de casas já construídas⁴². Todas as 25 habitações tinham duas divisões numa superfi-

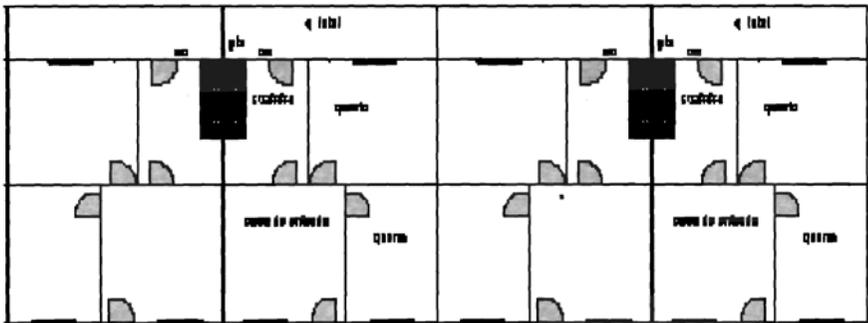
⁴² Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras...* O projecto foi desenhado por J. Dinis em 22 de Outubro de 1919.

cie útil de apenas 16,5 m² (isto é, 53,66 m³). A fachada das poucas casas expostas para a via pública, embora sem quaisquer atributos decorativos, sugere uma qualidade de habitação ausente de todo. O projecto não previa qualquer sistema de esgoto e as habitações não tinham sequer isolamento do solo e da cobertura. Um muro vedava o pátio interior comum à maior parte dos moradores, impedindo a leitura da pobreza e a exposição pública da miséria. O acesso às habitações do interior fazia-se através de portões que garantiam a privacidade do conjunto. A construção da *villa* prosseguiu paulatinamente ao longo da primeira metade dos anos 20.

Renque de casas térreas com quatro divisões

[FIGURA N.º 7]

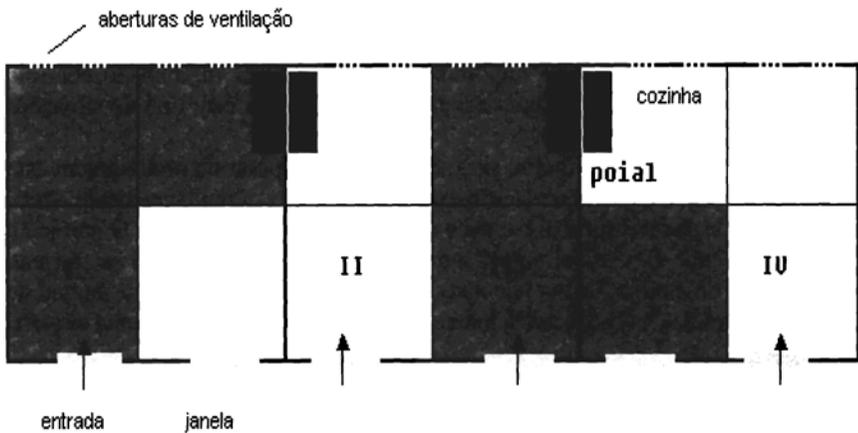
Módulo 2



Fonte: Arquivo Municipal de Setúbal, *Processos de Obras...*

Planta modelar de renque de quatro alojamentos com três divisões
(tipo Vila Maria, estrada da Graça, Setúbal, 1903)

[FIGURA N.º 8]



Nas zonas centrais da cidade, as casas térreas desenvolveram-se de outra forma. O «projecto de construção de uma casa que D. Florinda Rosário Ferreira pretende construir numa pequena casa na rua do Faleiro, 37, em Setúbal» serve de exemplo para as casas térreas que neste período são ampliadas. Apesar de a fachada do imóvel aparentar agora uma maior dignidade, as condições de alojamento eram relativamente piores. Sugerindo tratar-se de uma só «casa» com dois pisos, o rés-do-chão tinha uma habitação com 4 pequenas divisões e o 1.º andar servia para mais duas famílias, cada uma apenas com duas divisões. Seria, provavelmente, a pensar neste tipo de edificações utilizadas para nelas entulhar gente de baixos recursos que se falava em «casas com 3 e 4 famílias». Ele contribui para responder à questão de saber se se viveria melhor ou pior nas zonas limítrofes com uma significativa ambiguidade.

CONCLUSÃO

O crescimento da pequena cidade industrial que foi Setúbal acompanhou um sentimento de perda de qualidade do espaço vivido que se expressou, em particular, através da preocupação pela higiene urbana, pelos efeitos da indústria e pelas condições de alojamento dos pobres.

O problema da habitação manter-se-ia como uma das questões políticas mais agudas durante a 1.ª República, a par das questões sobre os salários, horário de trabalho, segurança social e custo de vida. Neste meio fortemente politizado, a habitação seria o tema privilegiado de uma das primeiras manifestações populares após o 5 de Outubro. Também neste campo o elemento moral foi introduzido como elemento de correcção, em face da incapacidade do liberalismo de satisfazer as necessidades da maior parte da população. O problema maior não era tanto a falta de habitações, mas o seu preço e a qualidade da oferta, que resultavam daquilo a que os trabalhadores chamavam a usura e a cupidez dos senhores. Em vão foi tentado o controle sobre a qualidade da construção e as condições de arrendamento das famílias trabalhadoras.

Mais do que a ameaça à ordem pública, seria, no entanto, a ameaça da peste que levaria primeiro as autoridades a estabelecerem um controle sobre as edificações urbanas, sem conseguirem alterar os dados sócio-políticos do problema. Por esta via, o problema habitacional era integrado no ideário conservador como um dos magnos problemas a que a acção política deveria responder. Do ponto de vista formal, as normas higienistas, articuladas com outras que vinham já da Regeneração, constituíram um dos poucos mecanismos disciplinadores do crescimento urbano. Novos tipos habitacionais surgiram neste processo de crescimento urbano, que recorria à ocupação extensiva do solo e utilizava os novos materiais de construção barateados pela indústria. As preocupações relativas ao isolamento, ventilação, iluminação, esgoto, aberturas e espaço interior das habitações mesclavam-se com outras de ordem estética. Nos novos arruamentos, a preocupação pela individualização da casa, ausente nos maiores agrupamentos

que receberam o nome do senhorio, andava a par com a sua inserção solidária da rua e do bairro.

Um módulo espacial comum a diferentes tipos de construções acompanhou a construção das diversas unidades. A associação da casa e da barraca de alvenaria acompanhou a formação dos pátios, enquanto outros grupos se constituíram, como os alinhamentos de casas e as *vilas*, que, numa maior escala, repetiam os pátios.

Neste período da expansão urbana de Setúbal identificámos duas fases delimitadas pela Primeira Guerra Mundial: a primeira, em que a cidade, avançou sobre o rio e cresceu sobretudo em altura no espaço já antes definido pela cidade; e a segunda, marcada pela formação de novos bairros periféricos e pela consolidação do Bairro Salgado como o bairro burguês da cidade. Os novos bairros periféricos resultaram de loteamentos de pequenas e médias propriedades próximas da cidade ou das artérias maiores de circulação para o centro. Neles se alojou a população trabalhadora e a mais pobre, mas também os taberneiros, os pequenos lojistas e os fabricantes. Sem iluminação e rede de água e esgotos, sem ruas pavimentadas, eles foram pensados para desaparecerem mais tarde, com o crescimento ideal da cidade. Em vez de encontrarmos um grupo restrito de especuladores imobiliários, seria o pequeno capitalismo dos estratos inferiores da burguesia que animou a construção destes bairros periféricos e «anti-higiénicos». Só a partir da Segunda Guerra Mundial eles começariam a ser pavimentados e iluminados de forma selectiva.

Um dos aspectos que não desenvolvemos prende-se com os usos da casa. A sobreocupação das habitações conduziu, sem dúvida, a certa indiferenciação de funções dos espaços e até à promiscuidade, lugar-comum da literatura da época. Notemos, porém, que a cozinha era geralmente o espaço sacrificado, com uma menor dimensão e pior iluminação. A casa «de fora», em contrapartida, era habitualmente a mais beneficiada. A sobreocupação do espaço contribuía para que o espaço doméstico fosse essencialmente feminino. As crianças cresciam na rua e a imprensa, volta e meia, noticiava as tropelias dos «bandos» de rapazes que vagueavam pela cidade. Os homens queriam-se fora de casa, e grande parte do tempo livre era passado na rua, nas tabernas ou nas associações e clubes. O desconforto da casa contribuiu para o desenvolvimento de determinadas formas de sociabilidade e atitudes que preocuparam os conservadores.

NOTA METODOLÓGICA AOS QUADROS E GRÁFICOS

Os gráficos utilizados no texto foram elaborados a partir dos elementos constantes dos quadros em anexo. Esses quadros foram construídos a partir da análise individualizada dos processos de obras particulares apresentados à Câmara Municipal de Setúbal entre Outubro de 1910 e Dezembro de 1940, conservados hoje no arquivo municipal. A data de início da série explica-se pelo incêndio que destruiu os Paços do Concelho na noite de 4 para 5 de Outubro.

Esse núcleo documental é formado por processos referentes tanto à cidade de Setúbal como a Azeitão, Palmela e Pinhal Novo. Os processos apresentados recaem sobre as

mais variadas obras e neles incluem-se também os relativos aos cemitérios da cidade. Os serviços municipais dispunham somente de livros de registo nominais desses processos, que não permitem uma avaliação do tipo de obra através da simples leitura. Os dados que apresentamos foram compilados em processador e referem-se apenas às quatro freguesias urbanas da cidade. Eles resultam do trabalho de descrição monográfica de cada processo.

No agrupamento dos dados foram considerados também alguns projectos que foram reprovados pela vereação. Devemos notar que a aprovação da obra não garante que a mesma tenha sido realmente executada. O início da obra devia ter lugar, no entanto, num máximo de seis meses após a deliberação da autarquia. No entanto, em alguns casos a obra estava já iniciada, se não mesmo concluída. Houve alguma subavaliação na contagem dos processos em cada ano, pois sucedeu, por vezes, que as obras de ampliação foram anexadas ao primeiro processo de construção. Isto afectou particularmente as indústrias e as casas maiores, mas menos as habitações pobres. Também na contagem da dimensão dos edifícios houve uma certa subavaliação, que resultou dos casos em que através dos desenhos não foi possível determinar a altura dos prédios. O número de fogos referidos no quadro n.º 4 sofre também desses problemas e parte do princípio de que os desenhos foram cumpridos. Apesar destas observações, pensamos que a curva evolutiva não foi muito diferente daquela que apresentámos.

No quadro n.º 5 os armazéns surgem como designação genérica de construções que podiam servir tanto para anexo à actividade industrial como para instalação de fábricas, casas de comércio a retalho ou tabernas. As casas de comércio não foram incluídas nesta rubrica. Também na contagem das casas térreas não foram incluídas, como é evidente, as construções burguesas.

Uma das dificuldades maiores consiste em avaliar o número de clandestinos. Sabemos que ele foi muito diferente no caso das barracas e no das casas térreas. As ausências referem-se sobretudo a dois tipos de situações: às casas que ficavam em locais isolados e que se considerou, até dada altura, não fazerem parte da cidade, porque se situavam em «zona campestre», por um lado, e às construções no interior dos quintais, por outro. O controle sobre a construção das barracas parece ser gradualmente menor a partir da ditadura militar. Notemos, porém, que a cidade perdeu mil habitantes entre 1930 e 1940 e que o marasmo na actividade construtora é real. Mas é também provável que as próprias autoridades se desinteressassem pelo destino das construções mais pobres, pois era mais fácil resolver problemas estando elas em situação de ilegalidade de facto. De qualquer forma, no período que aqui considerámos, o número de construções fora do controle municipal foi muito menor do que geralmente se supõe. De outra forma não se compreendem as centenas de processos de construção de barracas nos quintais que foram submetidos à CMS.

**Número de processos de obras submetidos
à Câmara de Setúbal relativos a construções de raiz, ampliação e alteração
de edifícios urbanos, 1910-1940**

[QUADRO N.º 3]

Anos	A	B	C	Total
1910.....	9	0	2	12
1911.....	21	7	13	52
1912.....	20	7	12	45
1913.....	29	11	16	62
1914.....	64	10	6	88
1915.....	39	10	17	74
1916.....	61	0	2	68
1917.....	58	8	5	78
1918.....	77	8	21	117
1919.....	96	10	17	152
1920.....	104	24	29	176
1921.....	58	3	26	109
1922.....	98	33	22	174
1923.....	132	11	14	170
1924.....	167	19	23	218
1925.....	158	15	8	190
1926.....	134	28	29	209
1927.....	38	11	14	87
1928.....	45	17	35	123
1929.....	50	13	52	164
1930.....	68	15	65	200
1931.....	33	20	34	173
1932.....	21	17	37	146
1933.....	16	8	27	92
1934.....	16	22	22	101
1935.....	2	9	10	37
1936.....	3	0	1	6
1937.....	18	3	42	84
1938.....	8	2	22	56
1939.....	11	1	26	60
1940.....	11	3	25	58
Total.....	1 665	345	674	3 381

A = número de construções de raiz; B = número de obras relativas à ampliação de imóveis (crescimento vertical e horizontal); C = número de imóveis alterados (isto é, cujas obras afectam estruturas ou a repartição dos espaços sem alterar a dimensão do imóvel).

Nota. - A diferença entre a soma das parcelas A, B e C e o total de processos dá-nos o número de processos relativos a pequenas obras, como o alargamento de vãos de portas e de janelas, vedação de propriedades e urbanização de terrenos.

**Número de fogos e altura dos edifícios construídos,
ampliados ou alterados na cidade de Setúbal, 1910-1940**

[QUADRO N.º 4]

Anos	1	> 1 <= 2	> 2	Número de fogos
1910.....	4	5	0	8
1911.....	21	15	9	55
1912.....	16	14	8	33
1913.....	21	27	7	83
1914.....	48	24	6	154
1915.....	28	19	10	68
1916.....	38	12	1	80
1917.....	42	16	7	90
1918.....	46	13	7	59
1919.....	64	32	7	194
1920.....	81	27	10	182
1921.....	44	14	3	69
1922.....	96	25	4	166
1923.....	111	19	8	156
1924.....	129	32	3	227
1925.....	125	21	6	240
1926.....	112	17	13	171
1927.....	38	8	4	63
1928.....	33	17	13	59
1929.....	41	18	7	86
1930.....	58	21	9	83
1931.....	35	8	4	62
1932.....	33	12	8	71
1933.....	19	10	4	17
1934.....	28	10	10	40
1935.....	9	5	2	7
1936.....	2	2	0	2
1937.....	10	11	4	19
1938.....	6	9	2	6
1939.....	8	9	4	15
1940.....	0	7	6	4

Número de processos relativos a fábricas, armazéns e habitação popular na cidade de Setúbal entre Outubro de 1910 e Dezembro de 1940

[QUADRO N.º 5]

Anos	Habitação popular						
	A	B	C	D	E	F	G
1910	2	2	2	2	2	1	1
1911	5	1	2	13	11	2	1
1912	0	0	6	10	6	5	3
1913	4	2	9	5	4	5	5
1914	2	0	2	21	19	17	15
1915	5	2	5	13	10	8	6
1916	5	5	11	15	15	9	9
1917	11	10	10	16	15	3	3
1918	25	14	25	11	9	5	5
1919	8	2	12	26	22	19	19
1920	9	3	11	12	10	16	15
1921	13	5	4	10	10	2	1
1922	14	5	10	54	39	18	17
1923	6	5	21	62	61	14	13
1924	17	9	19	79	75	13	13
1925	0	0	0	65	63	34	33
1926	11	5	10	64	55	17	16
1927	5	2	9	21	14	5	5
1928	6	1	12	18	8	2	1
1929	9	2	9	31	16	4	3
1930	6	3	14	26	9	8	8
1931	7	1	9	24	14	2	1
1932	7	1	12	27	10	3	1
1933	5	0	4	7	4	1	0
1934	4	2	6	9	6	0	0
1935	5	0	0	4	1	0	0
1936	0	0	0	1	1	0	0
1937	3	0	5	10	2	1	1
1938	0	0	3	2	0	2	0
1939	3	0	7	3	1	0	0
1940	1	0	6	6	1	1	0

A = número total de fábricas construídas ou sujeitas a obras; B = número de fábricas construídas ou espaços construídos de raiz destinados à actividade industrial; C = total de armazéns; D = total de casas térreas geralmente unifamiliares construídas ou sujeitas a obras; E = total de casas térreas construídas de raiz; F = conjuntos habitacionais (grupos de casas, renques, vilas) construídos e ampliados; G = conjuntos construídos de raiz.

Nota. - D + F dá-nos o total de habitações que classificámos como habitação popular urbana; F + G dá-nos esse total, mas apenas considerando as construções de raiz.